DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 020/2023/SGCC/DACC/MPC/PA

Designa fiscais de Contrato Administrativo.

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que a fiscalização e execução dos contratos administrativos deve ser acompanhada por representante da Administração especialmente designado, a teor do que dispõe o art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Lúcia Helena Lima Costa, matrícula nº 200125 e, nos seus impedimentos, o servidor Sérgio dos Santos Campista, matrícula 200214, para exercerem a atribuição de Fiscal do Contrato firmado sob a Nota de Empenho nº 2023.370101NE000275, entre este Ministério Público de Contas do Estado (CNPJ nº 05.054.978/0001/50) e a empresa K B Pinheiro Comércio de Gás - ME (CNPJ nº 11.519.067/0001-53), tendo como objeto aquisição de gás de cozinha de 13kg.

Art. 2º São atribuições do fiscal, além de outras eventualmente especificadas em lei, contrato ou instrumento congêneres:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

II – Fiscalizar o cumprimento, pela contratada, das normas, objeto e cláusulas contratuais;

III – Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, reportando ao gestor aquelas que demandem sua intervenção;

IV – Verificar, durante toda a vigência do contrato, se a contratada mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, providenciando, quando for o caso, a atualização das certidões e juntando-as ao processo;

V – Confrontar se o valor a ser pago mensalmente à contratada está em conformidade com o valor estabelecido no termo contratual, atestando a fatura de pagamento apenas quando não houver nenhuma documentação a ser regularizada;

VI – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade, informando ao gestor a iminência de seu término;

VII- Sugerir, quando cabível, a prorrogação da vigência do contrato, em se tratando de serviço de natureza continuada.

Art. 3º As determinações que ultrapassem às atribuições do fiscal deverão ser solicitadas à Secretaria do MPC/PA, em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.

Art. 4º As atribuições do fiscal serão complementares às do cargo que os servidores ora designados ocupam no MPC/PA.

Art. 5º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.

Belém/PA, 13 de abril de 2023.

Patrick Bezerra Mesquita

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 926998

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1850/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR os servidores ALINNE NASSAR PALMEIRA OLIVEIRA e EMERSON BRUNO DE OLIVEIRA GOMES e, como seus respectivos suplentes, LUIZ RICARDO PINHO e ANA CRISTINA PARANHOS DA SILVA; e MÔNICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS e, no seu impedimento, SILVIO VICTOR NASCIMENTO TRINDADE, para atuarem como membros da Equipe de Apoio da Comissão Permanente de Licitação no certame vinculado ao Ge-doc nº 149386/2022 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia), sendo os primeiros responsáveis pela análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e os dois últimos responsáveis pela análise dos documentos de comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e documentação de qualificação econômico-financeira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 14 de abril de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 927018

ERRATA

Ajuste no item IV do formulário referente ao Provimento conjunto 02/2023-MP/PGJ/CGMP, de 04.04.2023.

PROVIMENTO CONJUNTO N.º 02/2023-MP/PGJ/CGMP, DE 04 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades que prestam serviços na área da educação, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais (artigos 10, XII, e 17, IV, da Lei n.º 8.625 de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados -, c/c os artigos 18, XII, e 37, XII, da Lei Complementar n.º 57, de 06 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO, o disposto no artigo 27, IV, da Lei n.º 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados (LONMP), c/c o artigo 52, I e V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (LOMP/PA) e artigo 129, II, da Constituição Federal de 1988, que dispõem sobre a defesa dos interesses individuais indisponíveis, garantindo o respeito aos serviços de relevância pública; CONSIDERANDO a necessidade de efetivar o controle da atuação funcional do membro do Ministério Público referente à permanente e atualizada fiscalização das entidades que prestem serviços de educação, de acordo com a LOMP/PA; e CONSIDERANDO a necessidade de racionalização das atividades de inspeção, de forma a garantir sua plena efetividade, sem prejuízo das demais atividades sob a responsabilidade dos membros do Ministério Público, RESOLVEM: Art. 1º - Incumbe ao membro do Ministério Público do Estado do Pará, quando no exercício de suas respectivas atribuições, exercer, em caráter permanente, a fiscalização pessoal, com periodicidade mínima anual, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior, das entidades que prestem serviços atinentes à educação (escolas), de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.394/96 (Lei das Diretrizes e bases da Educação Escolar), nos artigos 129, II, e 196 da Constituição Federal, no artigo 27, IV, da LONMP e no artigo 52, I e V, da LOMP/PA. §1º O membro deverá realizar visita em 01 (uma) escola de ensino infantil, 01 (uma) escola de ensino fundamental, 01 (uma) escola de ensino médio e 01 (uma) escola da zona rural. §2º A escolha da escola pertencente a cada nível de ensino a ser visitada será resultante da discricionariedade do membro. §3º Em não havendo escola(s) de determinado nível de ensino, deverá o membro informar tal situação em seu Relatório. Art. 2º - As respectivas unidades do Ministério Público devem disponibilizar, sempre que possível, ao menos um assistente social, um psicólogo e um arquiteto e/ou engenheiro para acompanharem os membros do Ministério Público nas fiscalizações, a fim de prestar-lhes assistência técnica. §1º A impossibilidade de constituição da equipe interdisciplinar acima referida não exime os membros do Ministério Público com atribuição do dever de realizar as inspeções. §2º Caso seja vislumbrada a necessidade de utilização de veículo adequado para a realização da visita, especialmente nos espaços localizados na zona rural, o membro deverá fazer a devida solicitação ao polo da região administrativa correspondente. Art. 3º - As condições das unidades inspecionadas devem ser objeto de Relatório a ser enviado à Corregedoria-Geral do Ministério Público por meio do endereço eletrônico <corregedoria@mppa.mp.br>, para fins de composição de banco de dados e, ainda, para facilitar o acompanhamento das visitas. §1º Os relatórios de visita às entidades que prestem serviços atinentes à educação aqui referidas constituem instrumentos de controle da atuação funcional e de fiscalização do funcionamento de tais unidades pelo Ministério Público. §2º As cópias dos relatórios deverão ser arquivadas no respectivo órgão de execução do Ministério Público, em pastas separadas e em meio eletrônico, claramente identificadas. Art. 4º - Os relatórios de visita deverão ser construídos com base no Roteiro de Fiscalização constante no anexo. §1º Consta, no Anexo I, Roteiro de Fiscalização destinado à fiscalização corriqueira do membro do Ministério Público. 2º Caso o membro julgue, porventura, necessário o ajuizamento de ação judicial ou a tomada de outra medida que requeira a colheita e apresentação de provas mais constituídas, poderá solicitar ao Centro de Apoio correspondente, que trata das demandas afetas à educação, o envio de Roteiro de Fiscalização mais detalhado e esmiuçado. Art. 5º - Ao membro do Ministério Público recomenda-se adotar as providências necessárias, tendentes ao bom funcionamento das entidades que prestem serviços de educação sempre que constatar irregularidades e descumprimento às normas constantes da Lei n.º 8.080/90 e aos artigos 205 a 211 da Constituição Federal. Art. 6º - O membro do Ministério Público não deve se afastar do exercício do cargo, nos casos legalmente permitidos, sem repassar ou deixar, à disposição de seu substituto ou sucessor, relatório sucinto e objetivo sobre os serviços do cargo, especialmente quanto aos que estiverem pendentes de conclusão ou providências, tratando, inclusive, das visitas realizadas. Parágrafo Único - Caberá ao eventual substituto ou sucessor comunicar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, tão logo inicie a substituição ou sucessão, o descumprimento, pelo substituto ou sucedido, do disposto na parte final do referido artigo. Art. 7º Este Provimento entra em vigor na data da sua publicação. Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, o Provimento Conjunto nº 02/2010-MP/PGJ/CGMP de 22 de abril de 2010. Belém (PA), 04 de abril de 2023.

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público

SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA

Corregedor-Geral do